

## **DAS PROVAS NO PROCESSO CIVIL**

**CÉSAR AUGUSTO LUIZ LEONARDO** – defensor público do Estado de São Paulo, mestre e doutorando em direito processual civil pela Universidade de São Paulo (USP), professor de Direito Processual Civil e Direito Civil (Família e Sucessões) do Centro Universitário Eurípedes de Marília (Univem); bacharel e especialista em direito civil e processual civil pelas Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, em Presidente Prudente; membro do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; foi membro da Comissão de Revisão do Anteprojeto de Código de Processo Civil da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP).

### **1. Direito probatório: princípios e aspectos gerais.**

#### **1.1. Acesso à Justiça, contraditório, ampla defesa e paridade de armas (isonomia).**

Óbices ao acesso à Justiça – Cappelletti

#### **1.2. Sistemas de valoração das provas – livre convencimento motivado**

Ordálias; prova legal ou tarifada; íntima convicção e livre convencimento motivado (persuasão racional).

#### **1.3. Vedação às provas ilícitas – controvérsias**

Art. 5º, LVI, CRFB: “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”.

Prova ilícita x prova ilegítima

Posições doutrinárias:

a) admitir a eficácia da prova; b) veda a admissibilidade da prova obtida ilicitamente para qualquer efeito; c) Proporcionalidade.

Teoria do fruto da árvore envenenada (*fruit of the poisonous tree* – ilicitude por derivação ou por arrastamento). Exceções

Teoria da descontaminação do julgado

### **2. Prova e verdade**

#### **2.1. Verdade**

“Verdade real x verdade formal”?

#### **2.2. Cognição (possibilidade, verossimilhança e probabilidade).**

Planos da cognição: **Horizontal** – plena ou parcial. **Vertical**: Sumário ou exauriente.

## **2.3. Poderes instrutórios do juiz**

## **3. Ônus da prova**

### 3.1. Momento:

### 3.2. Objeto da prova: ponto e controvérsia

### 3.3. Fatos que independem de prova

Fatos incontroversos

Fato notório

#### **Presunções**

Fatos omissivos: *probatio diabólica*.

### 3.4. Inversão do ônus da prova

- CDC (diálogo das fontes)

**“Quando for verossímil ou for hipossuficiente”.**

1. São cumulativos? “Ou”. Alternativos.
2. O que é verossimilhança e hipossuficiência?
3. Momento? Regra de instrução ou de julgamento. Contraditório prévio? Surpresa?

### 3.5. Ônus estático e ônus dinâmico – teoria das cargas dinâmicas

### 3.6. Novo CPC – dinamização e negócios jurídicos processuais.

## **4. Direito à prova**

### 4.1. Antecipação da prova sem o requisito da urgência

Ações probatórias autônomas – Daniel Amorin Assunção Neves

### 4.2. Inadmissão da vedação da prova por formação do conhecimento

### 4.3. Eficácia probatória do e-mail

### 4.4. Relativização da coisa julgada em razão de prova nova

## **5. Principais novidades do novo CPC em direito probatório**

## BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Julgamento e ônus da prova. In: \_\_\_\_\_. *Temas de direito processual civil*, Segunda Série, São Paulo: Saraiva, 1988

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

\_\_\_\_\_. *Efetividade do processo e técnica processual*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

\_\_\_\_\_. *Poderes instrutórios do Juiz*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BERIZONCE, Roberto Omar. El principio de colaboracion procesal y el régimen de la prueba. In: *La Prueba: homenaje al maestro Hernando Devis Echandía*. Colômbia: Editora Universidad, 2002, p. 385-401.

BUENO, Cassio Scarpinella. O “modelo constitucional do direito processual civil”: um paradigma necessário de estudo do direito processual civil e algumas de suas aplicações. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1222960746174218181901.pdf>>.

BUZAID, Alfredo. *Exposição de motivos do Código de Processo Civil*. Brasília, 1972.

\_\_\_\_\_. Processo e verdade no direito brasileiro. In: *Revista de Processo*, São Paulo: RT, v. 47, p. 92-99, jul.-set. 1987.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Garantia constitucional do contraditório no projeto do CPC (análise e proposta). Disponível em <[www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-3545.pdf](http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-3545.pdf)>. Acesso em 10.11.2012.

\_\_\_\_\_. Garantia do processo sem dilações indevidas. In: \_\_\_\_\_. (coord.). *Garantias constitucionais do processo civil: homenagem aos 10 anos da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: RT, 1999.

\_\_\_\_\_. Garantias constitucionais da duração razoável e da economia processual no projeto do código de processo civil. In: Luiz Rodrigues; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (org.). *Doutrinas essenciais: processo civil*. v. I. São Paulo: RT, 2011, p. 419-434.

\_\_\_\_\_. Garantias constitucionais da publicidade dos atos processuais e da motivação das decisões no Projeto do CPC. In: *Revista do Advogado da AASP*, ano XXXII, n. 117, out. 2012, p. 116-123.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Lineamentos da nova reforma do CPC: Lei 10.352, de 26.12.2001, Lei 10.358, de 27.12.2001*. São Paulo: RT, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual civil e penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

\_\_\_\_\_. O princípio do contraditório e sua dupla destinação. In: \_\_\_\_\_. *Fundamentos do processo civil moderno*. v. 1. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 124-135.

GOUVEA, Lúcio Grassi de. Cognição processual civil: atividade dialética, e cooperação intersubjetiva na busca da verdade real. In: DIDIER JR., Fredie (org.). *Leituras complementares de processo civil*. 6ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2008, p.173-187.

GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo. *Participação e processo*. São Paulo: RT, 1988.

KNIJNIK, Danilo. As (perigosíssimas) doutrinas do 'ônus dinâmico da prova' e da 'situação de senso comum' como instrumentos para assegurar o acesso à justiça e superar a probatio diabólica. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: RT, 2006, p. 942-951.

\_\_\_\_\_. (coord.). *Prova judiciária: estudos sobre o novo direito probatório*. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2007

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial. In: DIDIER JR., Fredie (org.). *Leituras complementares de processo civil*. 6ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2008, p. 15-30.

MACHADO, Marcelo Pacheco. Ônus estático, ônus dinâmico e inversão do ônus da prova: análise crítica do projeto do novo Código de Processo Civil. In: *Revista de Processo*. Ano 37, n. 208, p. 295-316, jun. 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova*. São Paulo: RT, 2009.

\_\_\_\_\_. MITIDIERO, Daniel. *O projeto do CPC: crítica e propostas*. São Paulo: RT, 2010.

MARQUES, Claudia Lima. *Diálogo das fontes: do conflito à coordenação de normas do direito brasileiro*. São Paulo: RT, 2012.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil. Lei 13.105/2015. Inovações, alterações e supressões comentadas. São Paulo: Método, 2015.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor como técnica de distribuição dinâmica da carga probatória. In: *Revista Dialética de Direito Processual*. São Paulo: Oliveira Rocha, vol. 75, p. 105-113, jun. 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. A garantia do contraditório. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, 132-150.

\_\_\_\_\_. O juiz e o princípio do contraditório. In: *Revista de Processo*. São Paulo, v. 19, n. 73, p. 59-81, jan.-mar. 1994, p. 7-14.

- REGO, Hermenegildo de Souza. *Natureza das normas sobre prova*. São Paulo: RT, 1985.
- TARUFFO, Michele. Il diritto alla prova nel processo civile. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: CEDAM, a. 39 (II série), n. 4, p. 74-120, out./dez. 1998.
- \_\_\_\_\_. *La prueba de los hechos*. 4ª ed. Madrid: Trotta, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Studi sulla rilevanza della prova*. Padova: Cedam, 1970.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et. al. Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil. São Paulo: RT, 2015.
- WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. 2.ed. São Paulo: Bookseller, 2000.
- YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.